



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
1997



MONOGRAFIA
"Ação e Pensamento de
Monteiro Lobato"

Autora: Giovanna de Oliveira Carnio RA: 941741

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo B. Gonçalves

ÍNDICE:

<u>Introdução</u>	1
<u>Capítulo 1</u>	4
<u>Origens e Formação de Monteiro Lobato</u>	
<u>Capítulo 2</u>	13
<u>Monteiro Lobato Fazendeiro e Editor</u>	
<u>Capítulo 3</u>	34
<u>A Luta por Petróleo e Ferro</u>	
<u>Conclusão</u>	42
<u>Referências Bibliográficas</u>	46

INTRODUÇÃO

José Bento Monteiro Lobato¹ nasceu na cidade de Taubaté, filho de um fazendeiro de café do Vale do Paraíba, em 1882, época em que a preocupação geral eram o preço e as safras - ora esplêndidas, ora péssimas - daquele produto. Seu avô, o Visconde de Tremembé, era considerado um *bon vivant* e desfrutava de considerável prestígio na região².

Monteiro Lobato fez seus estudos primários em várias escolas, transferindo-se aos treze anos para São Paulo. Nesse período, como descreveu em várias partes da sua obra, os negócios do seu pai já não iam bem.

Em 1900, contra a sua vontade mas atendendo às exigências do avô, Lobato iniciou seus estudos de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, então considerada "celeiro da inteligência brasileira", onde se discutiam as questões centrais da época. Ao longo do período universitário, fez parte de um grupo de estudantes, o "Cenáculo", em que imperava um vago socialismo e o amor à arte.

Formado, voltou a Taubaté e, a partir daí, seu olhar duplo e privilegiado³ sobre a realidade - desenvolvido desde a sua infância - passou a direcionar todas as suas ações. Monteiro Lobato, por um lado, tinha consciência do progresso e, por outro, encontrava-se inserido numa região decadente, o que lhe permitia observar

¹ Registrado como José Renato, mais tarde resolveu adotar o nome de seu pai, José Bento.

² Isto ficou comprovado com a hospedagem do Imperador D. Pedro II em sua casa em 1888, quando visitou a Província de São Paulo.

³ Como será mostrado adiante.

enormes contrastes entre o desenvolvimento restrito a algumas áreas do país - e ao exterior⁴ - e o atraso dominante em seu vasto interior.

Lobato começou, então, a imaginar e a dedicar-se a muitos empreendimentos, em grande parte vinculados à cultura, nos quais ficava patente a sua interpretação de Brasil. Acredita-se que desta decorreram as recorrentes vicissitudes de suas empresas.

Dentre as atividades de Lobato como empresário, destacou-se a sua atuação como editor, revolucionando a produção e a distribuição de livros no Brasil, mostrando que podiam ser lidos por toda gente, vendidos em qualquer parte e divulgados em publicidade como qualquer outro produto. O trabalho de editoração não somente era rentável, mas representava uma grande oportunidade para que Monteiro Lobato pudesse propagar as suas idéias e o seu arraigado nacionalismo político. Unia, assim, sua intrínseca vontade de ganhar dinheiro a objetivos nobres de divulgação da cultura. Por meio da ação lobatiana, as atividades editoriais brasileiras ganharam horizontes nunca antes suspeitados.

Paralelamente à sua atuação como empresário, M. Lobato dedicou-se a muitas questões importantes, como a defesa de um nacionalismo consciente e o combate ao ufanismo imoderado, a busca de promoção do progresso no país - para tanto, lutando pela criação das indústrias do ferro e do petróleo no Brasil - e a denúncia da existência de um absoluto divórcio entre os brasileiros cultos e a realidade do campo - utilizando, para isso, a figura do Jeca Tatu, com a qual pretendia mostrar quem realmente era o caboclo.

⁴Conforme pôde constatar, posteriormente, nos anos em que morou nos Estados Unidos.

Pouco antes de morrer, a conclusão de Monteiro Lobato sobre a sua vida foi que a passara querendo fazer dinheiro com a indústria para que pudesse escrever simplesmente por distração e que, no entanto, acabara ganhando dinheiro com literatura para perdê-lo na indústria.

Neste trabalho, pretende-se analisar a ação e o pensamento de Lobato, tomando sua vida como dividida em três grandes fases. Na primeira, observam-se as suas origens e a sua formação acadêmica; na segunda, sua atuação como fazendeiro e como editor; e na terceira, sua luta em prol do ferro e do petróleo no Brasil e suas últimas atividades.

CAPÍTULO 1

ORIGENS E FORMAÇÃO DE MONTEIRO LOBATO

Monteiro Lobato, filho do fazendeiro José Bento Marcondes Lobato e de Olímpia Augusta Monteiro Lobato, nasceu no dia dezoito de abril de 1882 na cidade de Taubaté, onde a sua família⁵ tinha uma casa para passar parte do ano. Era neto de J. F. Monteiro, Barão e depois Visconde de Tremembé, homem casado, mas que mantinha amantes na pequena cidade e que reconhecia publicamente os filhos dessas ligações. A mãe de Lobato era fruto de uma dessas aventuras do Visconde com uma professora de primeiras letras.

É preciso trazer à memória que o nascimento de M. Lobato se deu no final do século XIX. Este foi marcado pela modificação da família patriarcal, que teve transferido do campo para a cidade o seu *locus* de existência, transformando-se em família paterna. Nesta, foram conservadas as bases materiais anteriores, mas esvaziou-se a autoridade do chefe, passando o poder a ser exercido de forma distinta, concentrando-se nas relações afetivas - aparecendo a idéia de fraternidade como um instrumento da elite - e surgindo a ideologia do favor.

Tal sociedade fora construída sobre o trabalho escravo e sob os fundamentos do ócio, que negava o trabalho, estigmatizando-o. O trabalho era visto como "coisa da negro", ao passo que o ócio era considerado, pela elite, um valor. Para preservar os interesses da sociedade paterna, criaram-se mecanismos garantidores da sobrevivência de homens brancos livres e pobres sem que

⁵ Como a maioria das famílias dos fazendeiros da região.

precisassem trabalhar. Vigorava, ainda, a lógica da esperteza, inicialmente vista como uma regra institucionalizada de sobrevivência e, posteriormente, como uma anomia da sociedade. Esses valores constituíram uma barreira à eliminação do trabalho compulsório escravo e à introdução do trabalho livre e assalariado, retardando o desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, dificultando o processo de modernização no Brasil.

Na época de Monteiro Lobato, modernizar o Brasil significaria, do ponto de vista econômico, promover a industrialização e permitir a ação das forças tipicamente capitalistas; no aspecto social, denotaria a constituição de uma sociedade industrial conforme a ordem social competitiva organizada a partir do mercado e do mérito; e no plano político, seria estabelecer a democracia, promovendo a transformação dos párias em cidadãos. Para tanto, seria preciso romper com o conservadorismo, impondo-se a transposição de barreiras apresentadas pela hierarquia, pela tradição, pelo mundanismo e por uma série de outros valores.

O Estado - encarado como forma de tornar todos os indivíduos cidadãos, ao menos teoricamente iguais - e a educação - vista como meio de alcançar mobilidade social e participação política - eram considerados formas de vencer os empecilhos à modernização. Ambos os instrumentos deveriam contribuir para a amenização das desigualdades entre os indivíduos, tornando possível a incorporação dos excluídos.

Monteiro Lobato foi alfabetizado pela sua mãe, passando em seguida a ter aulas com um professor particular. Fez os estudos primários em várias escolas⁶, transferindo-se enfim para São Paulo, aos treze anos, a fim de concluir, no “Instituto Ciências e Letras”, o estudo das matérias indispensáveis à matrícula no curso superior.

Os negócios do seu pai não iam bem. Foi levado a vender a sua fazenda - a Santa Maria - e, apenas mais tarde, e em sociedade com Alexandre Patto, pôde adquirir outra - a Paraíso. Referências a essa época são observadas em várias partes da obra de Monteiro Lobato, como no conto “Café! Café!” (Lobato, 1950c). Neste, revelou a mentalidade dos fazendeiros de então, que criam que “café dá para tudo”, resultando numa absoluta monocultura. Mostrou, em “Cidades Mortas” (Lobato, 1950c), a crise tremenda que derrubou os preços aos extremos limites da baixa, dando um grande golpe na monocultura e constituindo-se no ponto de partida para a variação dos produtos da lavoura local.

Retratou com precisão, em “O Vale do Paraíba - diamante a lapidar” (Lobato, 1950e), a marcha do café rumo ao oeste paulista, deixando o Vale do Paraíba em grande desolação. Descreveu que “a princípio passou por lá o café, montado na Onda Verde (...). Mas o café passou, na sua marcha atilesca rumo ao roxo-terra oestino; como lembrança deixou casarões apalaçados nas cidades e a samambaia e o sapezal na morraria”. A explicação para isso pode ser encontrada no conto “Cidades Mortas” (Lobato, 1950c), no qual Lobato afirmou ser a uberdade nativa do solo o fator que condiciona o progresso e que, “mal a uberdade se esvai,

⁶“Colégio Kennedy”, “Colégio Americano”, “Colégio Paulista”, “Colégio Coração de Jesus” e “Colégio São João Evangelista”.

pela reiterada sucção da seiva não recomposta, como no Velho Mundo pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital - e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas” (Lobato, 1950c: 3).

Reprovado num exame de Português, Lobato voltou a Taubaté. Lá, com alguns colegas, fundou um jornalzinho estudantil, “O Guarani”, no qual, com o pseudônimo Josbem, publicou o seu primeiro artigo, intitulado “Rabiscando...”.

Em 1896, seus pais, com enorme sacrifício, mandaram-no de volta para a capital, onde levou uma vida de estudante pobre. Escreveu e publicou muito em jornaizinhos colegiais, sempre com pseudônimos.

Chegada a hora da escolha da carreira a seguir, Lobato, então órfão, entrou num sério conflito com seu avô, para o qual a única alternativa possível era a de que fosse bacharel. Pleiteou a Escola de Belas Artes e depois a Escola de Engenharia. Contudo, naqueles tempos, o caminho mais nobre para uma família tradicional era o de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Esta foi, conforme Edgard Cavalheiro (1956), a única vez em que, embora contrariado, Monteiro Lobato fez uma concessão. Aos dezoito anos de idade, começou a estudar Direito na Faculdade do Largo de São Francisco.

Aderiu à idéia de um grupo de colegas de fundar uma associação acadêmica, surgindo a “Arcádia Acadêmica”, destinada a promover sessões literárias. Para Monteiro Lobato, a mocidade, que anteriormente havia se mobilizado em torno das questões da libertação dos escravos e da bandeira da República, encontrava-se sem um núcleo de convergência para as suas aspirações. Lobato, naquele momento, via como ideal o socialismo, mas o

ambiente das “Arcadas” não era propício ao desenvolvimento daquelas idéias. Ante a indiferença geral, a fundação de grêmios e jornais desmoronava.

Lobato fez parte do “Cenáculo”, um grupo de rapazes que defendia um vago socialismo e o amor à arte, e que passou a escrever um jornalzinho chamado “Minarete”. Neste, Lobato continuava sem assinar o seu próprio nome, mas já se destacava por escrever bem, predominando seu lado articulista, panfletário, crítico e cronista. Datam dessa época os contos - posteriormente publicados em “Cidades Mortas” (Lobato, 1950c) - “Gens Ennuyeux”, crítica sutil e ferina à sociedade daqueles dias, e “A Cruz de Ouro”, além de uma série de outros trabalhos que refletiam a busca de temas a serem discutidos nas páginas do jornal. Publicou também nesse período os capítulos de “Os Lambe-Feras”, que eram, nas palavras de Edgard Cavalheiro (1956) “uma maluquice literária transbordante de talento”, uma brincadeira feita para encher suas noites numa temporada na fazenda.

Já revelava, nesse período, o espírito crítico com que sempre procurou encarar a realidade, como se pode observar nos dois artigos críticos ao romance “A Todo Transe” de Emanuel Guimarães, nos quais se demorou analisando o problema da nacionalidade. Fê-lo nos seguintes termos:

“O Brasil, filho de pais inferiores, mal-educados, destituídos desses caracteres fortíssimos que imprimem, a talho de buril, um cunho inconfundível em certos indivíduos, como acontece com o alemão, com o inglês, cresceu tristemente sempre aflanelado, porque sempre

constipado a engulir mezinhas e panacéias e afinal de contas dando como resultado um tipo imprestável, incapaz de continuar a se desenvolver sem o concurso vivificador do sangue de alguma raça original - dessas que possuem caracteres inconfundíveis. Em vez de (...) procurar a evolução harmônica do espírito e do corpo, o nosso país se viu criança e já martirizando o cérebro com tarefas impróprias; imberbe e já velho nos hábitos imitados das velhas civilizações ocidentais⁷. Quis ombrear a sua civilização com a civilização do velho mundo, sem se lembrar que a civilização é uma para cada povo assim como a fisionomia é uma para cada indivíduo, e é a resultante dum lento acúmulo de sedimentos seculares, crescidos átomo por átomo, transmitidos pela hereditariedade e solidificados pela tradição; a consequência foi brotar uma civilização incolor (...), impregnada dos vícios das que lhe serviram de modelos e sem nenhuma das suas qualidades". (Lobato, em Cavalheiro, p.88)

⁷ Esse posicionamento lobatiano demonstra nítida influência de Oliveira Vianna, que condenava o preconceito da absoluta semelhança do povo brasileiro com os outros povos civilizados, com o qual a sistemática imitação das instituições européias se justificou.

Lobato desenvolveu um olhar duplo sobre a realidade brasileira em razão da sua origem no já decadente Vale do Paraíba e da sua experiência como estudante de Direito da Faculdade do Largo de São Francisco, onde se discutiam as questões centrais da época. Pôde observar nitidamente os contrastes entre o desenvolvimento de algumas áreas do país e a penosa situação do seu vasto interior, tornando-se detentor de grande aptidão para o discernimento e passando a percorrer uma trajetória incomum.

Em dezembro de 1904, Monteiro Lobato recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Voltou para Taubaté, mas sentia-se exilado, privado da liberdade desfrutada na capital.

Dedicou-se a refazer trabalhos, como “Cabelos Compridos” e “O Fígado Indiscreto” - que fariam parte, posteriormente, de “Cidades Mortas” (Lobato, 1950c) - e começou a pensar num negócio. Tratava-se da fundação de uma fábrica de doces em vidros, especificamente geléias do tipo inglês. Pretendia constituir, com um amigo seu de nome Paiva, a firma “Lobato & Paiva” e invadir o mercado com propaganda semelhante às americanas.

Esse foi o primeiro dos inúmeros negócios que Lobato tentaria, atuando como empresário, inserido no contexto do processo de industrialização no Brasil. A maioria dos empresários daquela época, conforme Love (1982), havia se originado das burguesias agrária e imigrante. Os fazendeiros haviam precedido os imigrantes no investimento industrial, operando inicialmente apenas em setores diretamente ligados à agricultura⁸. Já os imigrantes, que predominavam entre os importadores,

⁸ Indústrias destinadas à transformação de matérias-primas oferecidas pelos próprios lavradores/empreendedores.

havia se tornado industriais processando matérias-primas que adquiriam do exterior⁹ ou dando acabamento a produtos semi-manufaturados.

Em muitos casos, como salienta Dean (1971), as firmas fundadas pelos fazendeiros foram compradas pelos imigrantes. Estes, contudo, nunca deixaram de participar totalmente da manufatura de bens de consumo e, nas décadas de 1930 e 1940, na proporção em que a economia começou a voltar-se para a indústria de bens de capital, a obtenção de empréstimos do governo permitiu seu reingresso vigoroso no setor manufatureiro.

Até o início da década de trinta, deram-se o nascimento e a consolidação do capital industrial, surgido da dinâmica do complexo cafeeiro¹⁰, que permitiu a realização de inversões de capital em indústrias¹¹ cuja tecnologia encontrava-se disponível nos países desenvolvidos e que permitiriam a redução do custo de reprodução da força de trabalho. Predominavam os interesses dos cafeicultores, muitas vezes em detrimento dos relativos à indústria nascente.

As duas décadas seguintes foram marcadas, por um lado, por uma dinâmica de acumulação capitalista baseada na indústria de bens de consumo final e, por outro, pela incapacidade de implantação da indústria de bens de capital em razão de estritas bases técnica e financeira¹². Daí resultou a impossibilidade de a capacidade produtiva crescer à frente da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.

⁹ Alguns importados requeriam operações *in loco*.

¹⁰ O café criou condições para a industrialização por meio da geração de um capital monetário concentrado, da criação de mercado e da utilização de força de trabalho livre.

¹¹ Como a indústria têxtil e a de alimentos.

¹² Tal padrão de industrialização ficou conhecido como industrialização restringida (Mello, 1982).

Lobato, pensando em casar-se, procurou deixar de lado a sua tendência de empreendedor e buscou uma ocupação que lhe proporcionasse maior estabilidade. Assim, em 1907, quando foi contemplado - contando para tanto com decisiva influência de seu avô - com o cargo de Promotor Público da Comarca de Areias¹³, decidiu aceitá-lo. Situações como essa eram comuns aos escritores da época, que, interessados primordialmente em divulgar seus textos e colocando sua remuneração por tal atividade em plano secundário, muitas vezes exerciam outras profissões para sobreviver. Em geral, sendo bacharéis, obtiam um emprego público e viviam dos seus proventos.

No período em que residiu em Areias, Lobato defendeu uma única causa - a primeira e a única de que se tem notícia nas suas atividades como bacharel em Ciências Jurídicas -, na qual foi vitorioso. Não tendo muito trabalho a realizar na Promotoria, passava o tempo lendo e escrevendo. Publicou "Bocatorta" e começou a trabalhar em "Os Faroleiros", contos que posteriormente fariam parte de "Urupês" (Lobato, 1950g). Passou a colaborar na "Tribuna" de Santos com artigos políticos e para o "Fon-Fon" do Rio de Janeiro com desenhos e caricaturas. Também realizou traduções do "*Weekly Times*" para "O Estado de São Paulo" e colaborou com a "Gazeta de Notícias" do Rio.

Em 1909, fez planos de mudar-se para o oeste do Estado de São Paulo e lá fundar uma revista nos moldes de *Le Rire*. Idéias não lhe faltavam, mas, tomado de inquietude, em nenhuma se fixava.

¹³ Cidade à qual Lobato se refere como Oblivion muitas vezes em sua obra.

CAPÍTULO 2

MONTEIRO LOBATO FAZENDEIRO E EDITOR

No ano de 1911, com a morte do seu avô, Lobato teve a sua vida profundamente alterada. Desistiu da carreira de promotor público ao herdar a Fazenda Buquira, uma enorme propriedade que, acrescida de outras do espólio paterno, perfazia cerca de dois mil alqueires.

Vendo-se frente ao caboclo tão decantado pelo ufanismo nacional, percebeu que em nada se parecia com o que contavam os livros. Observou um absoluto divórcio entre os brasileiros cultos e as coisas da terra, uma vez que a literatura existente sobre o assunto era fabricada nas cidades por pessoas que não conheciam verdadeiramente o campo. Após um longo processo de gestação, o escritor Lobato chegou ao personagem Jeca Tatu, figura que se cristalizou definitivamente nas páginas de "Velha Praga" (Lobato, 1950k) e "Urupês" (Lobato, 1950k).

Com o Jeca, Monteiro Lobato buscou traduzir quem realmente era o caboclo: um depredador inconsciente, sem iniciativas, uma espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, uma espécie de piolho da terra, constritor e parasitário, aliado do sapé e da samambaia, um homem que não vivia, que em nada se afirmava como uma personalidade, que não tinha o sentimento de pátria nem sequer a noção do país em que vivia. Tudo que exigia algum esforço, para o Jeca "não paga a pena". O fato mais importante de sua vida era votar no governo. Não sabia em quem, mas votava. Contrastava com a simplicidade do

Jeca a opulência do seu vizinho e compadre, que tinha a propriedade da terra em que morava e peso nos destinos político e econômico do país. Nas palavras do próprio Lobato, “Só ele [o Jeca] não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive...” (Lobato 1950k: 256).

Monteiro Lobato procurou, com a figura do Jeca Tatu, acordar os cuidados brasileiros com relação ao interior desconhecido, que não era apenas majestoso nas suas florestas e rios, mas também doloroso no seu atraso e nos seus vícios. O Jeca caiu no meio de um “otimismo róseo” (Cavalheiro, 1956) com grande impacto. A atitude mais fácil naquele momento era negá-lo, e foi isso o que inicialmente se procurou fazer. Dizia-se que Monteiro Lobato havia fantasiado as atividades dos bravos caboclos brasileiros.

Ao invés de enfeitar a figura do homem rural, Lobato esculpiu-a ao natural, dentro do seu próprio ambiente. O Jeca nasceu como uma reação, em princípio, do escritor contra a deformação do homem rural pelos literatos da cidade; depois, do fazendeiro contra o que julgava ser a principal causa dos seus males econômicos. Para o seu criador, o Jeca era a expressão de todas as qualidades negativas do ser humano.

Monteiro Lobato era um homem imbuído de um arraigado nacionalismo político, econômico e intelectual. Seu nacionalismo não se parecia em nada com o que estava em voga nas ruas e nos salões da época, caracterizado por um ufanismo exaltado. Antes, tratava-se de um posicionamento consciente. Preferia o Jeca Tatu, apesar de todas as suas mazelas, a uma cópia servil do estrangeiro, e lutaria pela superação das suas deficiências.

O sistemático falseamento da realidade brasileira sempre irritou Lobato, para quem o “patriotismo nacional” não era um sentimento construtor. Não se ufanava descomedidamente da sua terra, achando-a o melhor dos mundos possíveis. Contrariamente, a arma de sua fúria essencialmente construtora era um certo exagero pessimista na apreciação de nossos males para que tal exagero funcionasse como estímulo. Doía-lhe encarar os problemas brasileiros, mas não acreditava na possibilidade de progresso com base na desnaturação constante da realidade.

O nacionalismo, tal como Lobato o via, poderia ser um instrumento de modernização na medida em que, apenas assumindo as mazelas da realidade brasileira, poder-se-ia iniciar o seu saneamento e avançar na modernização.

Conforme Lippi Oliveira (1990), Monteiro Lobato inseria-se num quadro de defesa de um novo nacionalismo, buscando uma identidade nova e rompendo com a herança européia. Esse “nacionalismo militante” (Oliveira, 1990) defendia como cura para os males brasileiros a saúde - questão que ganhou expressão em torno da figura do Jeca Tatu e das campanhas de saneamento - e a educação¹⁴ - elemento central no processo de construção da consciência do cidadão. Não considerava mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades das raças formadoras do homem brasileiro, mas propunha um programa de luta pela salvação do país.

Monteiro Lobato tomou a sério suas novas funções de fazendeiro e entusiasmou-se pelas possibilidades que se lhe apresentavam. Empenhou-se na fixação de uma nova raça de galinhas por meio de cruzamentos de *Wiandotte*-

¹⁴Nesta questão destacou-se a atuação de Olavo Bilac.

Silver-Laced com uma raça crioula aplicando modernos processos americanos. Também importou patos e cabras, plantou café, feijão, milho e arroz, e reformou a máquina de beneficiamento do café.

A fazenda herdada, contudo, como as demais da zona do Vale do Paraíba, estava em decadência. As terras, exauridas por um processo rudimentar de agricultura, pouco produziam. O cafezal requeria replantações em larga escala e as terras reclamavam adubos e métodos mais racionais de cultivo, o que exigia tempo, capital e paciência - característica pouco presente na personalidade lobatiana. Simultaneamente, iniciou uma nova fazenda, a do "Roseral". Ao cabo de alguns anos, entretanto, com problemas financeiros, começou a desanimar e a descrer das possibilidades econômicas oriundas do trato da terra. Somou-se a esse abatimento uma fracassada - por não tolerar a "longa e inútil conversa dos eleitores" (Cavalheiro, 1956: 124) - incursão na política municipal, atuando como chefe da oposição.

Convencido de que deveria vender a Fazenda e mudar-se para a cidade - assim como inúmeros fazendeiros que, por dificuldades financeiras ou procurando melhor rentabilidade para seus capitais, estavam deixando a agricultura para dedicarem-se a empreendimentos na área urbana -, mas com dificuldades para efetivar tais planos, acabou fundando, num casarão em Taubaté, um Colégio para meninos ricos. Este, em princípio, seria somente externato, mas Lobato já traçava planos - que não se concretizariam - de vê-lo transformado em internato. Paralelamente, concebia a idéia de lançamento de um Sanatório em São José dos Campos.

Monteiro Lobato queria enriquecer. Organizar a sua vida econômica era um tema que o obcecava pois via no dinheiro a possibilidade de ser economicamente independente e poder dedicar-se às atividades literárias.

Em 1913, no tempo de uma pequena estada em São Paulo, associou-se a Ricardo Gonçalves num negócio que, cria, uma vez realizado, enriqueceria a ambos. Tratava-se da substituição do Viaduto do Chá por um monumental viaduto habitável, com casas dos dois lados e uma rua suspensa.

Recebeu uma proposta de "O Estado de S. Paulo" para publicar artigos e outra para reunir em um livro parte do que já vinha publicando. Tudo isso levou Lobato a cuidar mais da literatura e menos da fazenda, que finalmente foi vendida em outubro de 1917.

Durante uma pequena permanência em Caçapava, fundou com Carlos Freire e Pereira de Matos a revista "Paraíba". Mudando-se para São Paulo, passou a colaborar também para a então recém fundada "Revista do Brasil", cujo programa consistia em formar uma consciência nacionalista e que se tornou o veículo cultural mais importante do país. O que a direção da revista apregoava - contribuir para o conhecimento do país, num persistente convite a voltarmos os olhos para as nossas próprias realidades - ia ao encontro do modo de pensar e de sentir de Monteiro Lobato.

Em 1917, M. Lobato publicou o célebre artigo criticando a pintora Anita Malfatti, que posteriormente recebeu o título "Paranóia ou mistificação?" (Lobato, 1950e). Permaneceram ao lado da artista as principais figuras que, mais tarde, participariam da Semana. Somente Oswald de Andrade ensaiou uma tímida defesa

dos processos da pintura, permanecendo o artigo de Lobato praticamente sem resposta.

A veemente crítica lobatiana pode ser justificada pela posição de defesa de arquitetura, literatura, escultura e pintura tipicamente brasileiras tomada por Lobato, que, nesse estado de espírito, não encontrou na exposição de Malfatti o que tanto lhe encantaria. Ao contrário, a arte exibida pareceu-lhe coisa vinda do exterior, pura imitação, o que Lobato muito combatia, gritando em prol de uma personalidade brasileira própria. Na visão de Lobato, a artista somente cresceria na medida em que se nacionalizasse.

A explicação da atitude de Monteiro Lobato contra a pintura de Malfatti pode ser encontrada nas páginas de "Idéias de Jeca Tatu" (Lobato, 1950e), em que tratou de pintura, escultura e arquitetura, defendendo o nacional contra o alienígena. Lobato pregava uma arte colonial filha da terra, produto do ambiente e voltada à compreensão da nossa natureza. A arte brasileira deveria ser afim com o sentimento do país, sua vida, seu passado e suas tradições.

Em "Paranóia ou mistificação?" (Lobato, 1950e), M. Lobato começou dividindo os artistas em duas categorias: "uma composta dos que vêm normalmente as coisas e em conseqüência fazem arte pura, guardados os eternos ritmos da vida, e adotados, para a concretização das emoções estéticas, os processos clássicos dos grandes mestres", e outra "composta dos que vêm anormalmente a natureza e a interpretam à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva", sendo "produtos do cansaço e do sadismo de todos os

períodos de decadência (...) frutos de fim de estação, bichados ao nascedouro” (Lobato, 1950e: 59).

Na primeira categoria, Lobato via a grande pintura. Já na segunda, para o autor, embora os artistas se dessem como novos, como precursores de uma arte a vir, sua arte nascera como a paranóia e a mistificação. Anita Malfatti, para Lobato, constituía um deplorável exemplo desta última categoria.

Conforme Monteiro Lobato, a pintora possuía um talento vigoroso, mas havia sido seduzida pelas teorias do que chamava “arte moderna”, colocando o seu talento a serviço de uma nova espécie de caricatura que visaria desnorrear a ingenuidade do espectador. Em seu artigo, Lobato questiona se tal arte tratava-se do desenvolvimento de idéias provindas de um estado de loucura da artista ou de uma tentativa de enganar o público.

Com excessão desse artigo sobre a pintura de Malfatti, poucas vezes Lobato se preocupou com artistas das correntes modernas e quando, de passagem, a eles se referiu, fê-lo sem a mínima simpatia.

Em 1918, protestou contra o desvio dos rumos iniciais da “Revista do Brasil” e acabou adquirindo-a por dez contos. A revista apresentava um balanço deficitário, mas era um órgão de prestígio entre os literatos e serviria como veículo de divulgação para uma editora de livros.

Em julho desse mesmo ano, Lobato surgiu pela primeira vez em livro com “Urupês” (Lobato, 1950k), cujos contos haviam sido concluídos na Fazenda Buquira. Mesmo os contos que haviam sido iniciados em Areias foram integralmente refeitos na fazenda. O livro foi impresso nas oficinas de “O Estado de S. Paulo”, então encarregadas de imprimir a “Revista do Brasil”, e foi utilizada a

rede de distribuição da revista. O Jeca Tatu, que já havia sido apresentado ao público no “Estado”, passou a ser tema de debate nacional.

Rui Barbosa, então no apogeu da fama, citou em discurso a figura do Jeca, que saiu das páginas de “Urupês” (Lobato, 1950k) para a arena política, suscitando repercussões mais profundas e perdendo-se de vista as intenções do autor. O criador se revoltou contra o personagem, uma vez que este último monopolizava todas as atenções e só com ele se preocupavam críticos e leitores. O Jeca Tatu estava fadado a se transformar no único símbolo popular realmente vivo da literatura brasileira.

Lobato arrependeu-se, posteriormente, de ter culpado o Jeca por ser daquele jeito, quando eram outros - a elite - os responsáveis. Reconheceu que o Jeca era doente e que isso o levava a tal comportamento.

Ainda em 1918, Lobato publicou “Problema Vital” (Lobato, 1950f), que atraiu muitas atenções e popularizou a campanha de saneamento do país, liderada por Miguel Pereira, Osvaldo Cruz, Belisário Pena, Carlos Chagas, Álvaro Osório de Almeida e Artur Neiva. Monteiro Lobato assumiu a liderança jornalística do movimento e procurou reforçar os dados colhidos pelos higienistas escrevendo vibrantes artigos.

Após publicar às suas expensas “Saci Pererê: resultado de um inquérito” e vender os exemplares com algum sucesso de livraria, M. Lobato sentiu-se estimulado a investir no ramo de produção de livros.

Em julho de 1919, o balanço anual da Revista já acusava setenta contos de ativo e nenhum passivo. Imediatamente, Lobato procurou criar a “Empresa Editora Revista do Brasil”.

Nesse ano, Lobato publicou "Cidades Mortas" (1950c) e "Idéias de Jeca Tatu" (1950e), volume eclético reunindo quase duas dezenas de artigos e abrangendo assuntos diversos - como questões de estilo, pintura, poesia, guerra, lendas, folclore, gentes e livros -, unificados pelo combate à falta de originalidade e ao esnobismo da elite. Monteiro Lobato, em razão de sua já mencionada singular capacidade de examinar a realidade, embora membro da elite, diferentemente dela, se recusava a observar o país com deturpadoras "lentes róseas" (Cavalheiro, 1956) e a ufanar-se exageradamente dele, mantendo sempre uma visão crítica da situação nacional. Tal aptidão para o discernimento levou-o, muitas vezes, a uma apreciação negativa a respeito da própria elite, denunciando a sua afetação de gosto e caracterizando-a como inteiramente divorciada da terra quanto a sua inclinação literária, suas idéias e sua língua. Na visão lobatiana, essa elite pensava pela cabeça do estrangeiro, vestia-se pelo alfaiate estrangeiro, comia pela cozinha estrangeira e muitas vezes calava a língua materna para falar a estrangeira.

Contudo, Monteiro Lobato acreditava na existência de uma elite moral no Brasil, que seria a parte culta e pensante do país, dotada de capacidade natural de voto com base na cultura e no discernimento¹⁵. Essa elite, para Lobato, encontrava-se afastada de sua função orgânica, à espera de que fosse chamada à ação.

Deve-se salientar que, antes da atuação de Monteiro Lobato, a situação do comércio de livros no Brasil era desalentadora. Havia poucos pontos de venda a varejo - cerca de trinta livrarias, praticamente limitadas aos bairros mais ricos de

¹⁵ Trata-se de uma influência de Inglez de Souza, que considerava que, "em via de regra, não conhecendo a plebe quem acertadamente terá de governá-la, às elites cabe a prevalência do comando"(1946:159).

São Paulo e do Rio de Janeiro -, a maior parte dos negócios era baseada na importação - principalmente de Portugal e da França -, e a produção editorial nacional raramente ia além dos “campos seguros”¹⁶ dos livros didáticos e sobre legislação brasileira, não passando de uma atividade casual e secundária das grandes livrarias.

Os nomes consagrados da literatura brasileira vendiam, mas em edições impressas fora do país e eram superados em popularidade e prestígio pelo português Eça de Queiroz. Com exceção de pouquíssimos, os escritores nacionais que quisessem imprimir suas obras deveriam encomendá-las diretamente aos impressores e incumbir-se da distribuição. Destaca-se que nem mesmo um livro bem sucedido proporcionava um retorno rápido ao investimento do autor, já que livreiro algum se dispunha a arriscar seu próprio capital.

Éramos um país sem leitores, sem oficinas tipográficas e sem um editor verdadeiramente nacional. Havia Francisco Alves, mas esse publicava somente obras didáticas e, esporadicamente, obras de alguns membros da “Academia Brasileira de Letras”. Além disso, casa francesas como a “*Garnier*”, a “*Briguiet*” e a “*Garraut*”, que imprimiam suas edições em Paris, estavam em decadência e seus lançamentos tornavam-se cada vez mais raros.

Lobato criou, virtualmente, todo um mercado para o produto livro. Isso foi possível porque transformou o estilo em que os livros eram escritos - de maneira erudita, dirigindo-se ao leitor das classes altas - e, a partir daí, o tipo e a quantidade de leitores que iriam atrair.

¹⁶ Hallewell, L. (1985: 235)

M. Lobato percebeu que o mais sério problema enfrentado pelo livro no Brasil era a falta de postos de venda. Com o intuito de melhorar as condições operacionais do comércio do livro, elaborou alternativas para a distribuição do produto fora do circuito das poucas livrarias existentes na época. Escreveu a todos os agentes postais brasileiros solicitando nome e endereço de bancas de jornal, papelarias, farmácias e armazéns que pudessem interessar-se pela venda de livros, o que lhe proporcionou uma rede de aproximadamente dois mil distribuidores espalhados pelo país.

Lobato começou a publicar obras de amigos seus e a procurar novos e desconhecidos talentos a fim de lançá-los, numa atitude oposta à dos velhos editores, que apenas se interessavam por escritores já consagrados pelo público.

Lançou-se a uma ampla publicidade dos livros em jornais como “O Estado de S. Paulo” e na própria “Revista do Brasil”, percebendo que já não era suficiente depender da propaganda boca a boca e da recomendação dos livreiros aos potenciais compradores. Tal atitude era, naquele tempo, considerada uma afronta à dignidade de um livreiro respeitável. Lobato, todavia, não tinha inibições desse tipo.

Lobato atribuía à capa do livro grande importância. Tinha consciência do valor publicitário de uma atraente aparência externa da sua mercadoria, razão pela qual rompeu com o costume da época de fazer da capa apenas uma reprodução, em papel cinza ou amarelo, dos caracteres tipográficos que apareciam na página de rosto. Além disso, quando necessário, dava-se o direito de modificar títulos e textos de maneira que se tornassem mais adequados aos fins que pretendia atingir.

Lobato também tinha consciência da necessidade de melhorar a aparência interna de seus livros, o que seria conseguido não apenas com maior diagramação, mas colocava-se a necessidade de importação de tipos novos e modernos. Outro problema era o papel, dado que a maioria do que havia disponível era de qualidade ruim e que a maior parte era importada.

A grande maioria das oficinas gráficas no Brasil ainda realizava todo o trabalho manualmente, sendo as novas máquinas praticamente desconhecidas fora das oficinas de jornais das grandes cidades. O maior número dos livros produzidos localmente nesse período provinha de gráficas de jornais e revistas, que sequer tinham noção do que era produção de livros e não estavam equipadas para produzi-los em quantidade. Algo tinha de ser feito para fazer face à crescente escala do programa editorial de Monteiro Lobato.

No início de 1919, Monteiro Lobato já importava seu próprio papel e planejava sua própria oficina gráfica. Em março desse mesmo ano, a firma de Lobato tornou-se “Monteiro Lobato e Companhia”, destacando-se por ser a única firma dedicada exclusivamente à edição de livros na São Paulo de então.

Lobato percebeu a necessidade de conquistar um público exposto à produção alienígena. Pra isso, tratou de cultivar o leitor infantil, inclusive introduzindo literatura nas escolas primárias em função do reconhecimento da receptividade das crianças a quaisquer informações ministradas. Para testar a receptividade das crianças ao seu texto, Monteiro Lobato encomendava uma espécie de “teste de leitura” a Godofredo Rangel, então professor primário, para que experimentasse em algumas crianças e notasse o seu interesse.

Em 1920, lançou “Negrinha” (1950i), reunião de algumas histórias tratada como uma nova experiência editorial, com a qual pretendia verificar se era mais rentável lançar livros pequenos e mais baratos ou no formato que já vinha publicando. Em 1921, publicou “A Onda Verde” (1950j), sátira à nobreza do Império, e as obras infantis “Narizinho Arrebitado”, à qual se atribui o nascimento do livro brasileiro, e “Fábulas de Narizinho”.

Ainda nesse ano, doou quinhentos exemplares de “Narizinho Arrebitado” a escolas, o que se constituiu numa importante estratégia, uma vez que o Governador Washington Luiz, observando o interesse das crianças, determinou que fosse realizada uma grande compra para que outras escolas pudessem usá-lo. Passou a escrever sistematicamente livros infantis, procurando ter um novo exemplar pronto todos os anos para as épocas das vendas do Natal.

A produção lobatiana de literatura infantil, de acordo com José Roberto Whitaker Penteado (1997), trouxe como resultado, além do óbvio retorno financeiro positivo decorrente da descoberta de um ramo de atividade praticamente inexplorado no Brasil daquele tempo, uma influência significativa sobre as opiniões e as atitudes de milhões de brasileiros que, entre 1930 e 1950 - décadas em que a palavra escrita teve papel de destaque na transmissão de conceitos e de valores para moldar o pensamento -, tiveram como principal leitura infantil e juvenil a obra de Lobato e que, hoje, na faixa de 50 a 70 anos, ocupam posições de liderança na sociedade brasileira.

Monteiro Lobato pôde ingressar no mundo infantil com relativa facilidade pois dispunha de domínio da linguagem, de uma revista mensal e de uma editora, o que facilitou o seu acesso ao mercado consumidor. Além disso, ao menos no

âmbito dos escritores nacionais, não existiam concorrentes e, naquela época, havia poucas alternativas de leitura e de lazer para crianças.

Lobato, além de escrever obras infantis, procurou destinar às crianças outras produções. Lançou livros infantis baseados em traduções anteriores portuguesas de textos clássicos de Gulliver, Robinson e D. Quixote publicadas pelas editoras “Garnier” e “Laemmert”, porém com uma linguagem modernizada e “abrasileirada”.

Os três primeiros anos da atividade editorial de Monteiro Lobato corresponderam ao período do *boom* do pós-guerra. Em 1920, os preços das exportações latino-americanas começaram a cair. O mil-réis, acompanhando essa tendência, desvalorizou-se com relação ao dólar. Todavia, a conseqüente vantagem de preço para as editoras brasileiras foi neutralizada. A maior parte das empresas ainda tinha seus livros impressos na Europa e todas ainda dependiam de matérias-primas importadas, cujos preços elevaram-se à medida que o mil-réis depreciou-se. Note-se que, nessa época, Lobato estava implantando a sua própria oficina gráfica, significando que teria de pagar quantias crescentes em moeda brasileira pelas máquinas estrangeiras.

O impacto da depressão que se seguiu sobre o consumidor brasileiro foi desastroso em função da elevação do custo de vida. A atividade editorial foi duramente atingida, verificando-se enorme queda nas vendas de livros. A reação de Monteiro Lobato foi limitar-se à publicação de nomes já conhecidos e de traduções, passando os livros didáticos a dominar o seu programa editorial. Lobato, entretando, encarava tal atitude como uma mera inversão tática, mantendo seu otimismo com relação às expectativas de longo prazo para a firma.

Em 1922, quando o *boom* já havia terminado, mudou-se para instalações mais amplas e realizou uma reformulação da empresa, com ampliação do capital e admissão de vários sócios comanditários.

Nesse mesmo ano realizou-se a “Semana de Arte Moderna”. Lobato, nesse momento, dedicava-se prioritariamente aos negócios da editora. Além disso, a sua formação, com princípios estéticos enraizados em autores “clássicos” da língua portuguesa, e a sua desconfiança com relação ao movimento modernista, temendo que se tratasse de uma simples imitação de idéias estrangeiras - alienígenas e sem significação nacional -, levaram-no a pouco se dedicar a esse tema e a tratá-lo com certa antipatia.

Monteiro Lobato já publicara “Urupês” (Lobato, 1950k), “Cidades Mortas” (Lobato, 1950c) e “Idéias de Jeca Tatu” (Lobato, 1950e), livros em que, se bem examinados, podem ser encontradas as idéias básicas do modernismo. O que a luta de Lobato contra o movimento significava, segundo o próprio Oswald de Andrade, era uma repulsa ao estrangeirismo afobado e ao esnobismo social que abria os seus salões à Semana de Arte Moderna - esta representando uma tomada de decisão coletiva da nova geração contra o espírito conservador e o provincianismo cultural imperante na época, e um desejo de atualizar a arte nacional com o que se estava fazendo na Europa, sobretudo na França.

Entre 1922 e 1923, publicou “O Marquês de Rabicó”, “Mundo da Lua” (1950g) - um pequeno volume que reuniu fragmentos de diários tentados na sua mocidade -, “O Macaco que se fez Homem” e “Contos Escolhidos” - adotado em instituições de ensino para leitura secundária. Em 1924, lançou “Jeca Tatuzinho” -

em que, como no livro "Problema Vital" (1950f), insistiu que somente o saneamento resolveria o problema do homem rural brasileiro - e "A Caçada da Onça".

Lobato realizou, em 1924, uma expansão ainda maior da empresa editora e gráfica, que se mudou para um grande prédio próprio - de cerca de cinco mil metros quadrados de área coberta - no Brás. Importou dos Estados Unidos modernas máquinas de impressão e acabamento - a despeito da taxa de câmbio desfavorável - e promoveu a reorganização da "Monteiro Lobato e Companhia" como "Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato". Planejava até mesmo iniciar a impressão de livros em branco para fins comerciais.

Lobato estava carregado de dívidas, mas confiante em pagá-las com os lucros da produção efetuada. Concentrado nos problemas financeiros da empresa, foi abdicando da condução intelectual da "Revista do Brasil".

Monteiro Lobato descobriu, então, Henry Ford, de quem traduziu e editou a biografia. Entusiasmou-se com os métodos do grande industrial, procurando aplicá-los nas relações com os seus operários e acreditando que elevariam a eficiência da empresa ao seu grau máximo. Propôs aos empregados um programa que, acreditava, beneficiaria a todos. Afirmou que o progresso da empresa dependia dos diretores, dos operários e dos consumidores. Se os operários produzissem com maior rendimento, a produção se tornaria maior, mais eficiente e mais rápida. Conseqüentemente, os lucros cresceriam e também os salários.

A eclosão da revolução liderada por Isidoro Dias Lopes na capital paulista no ano de 1924 custou à companhia a perda de cerca de três meses de produção, num momento em que ainda tinha pesadas dívidas decorrentes de seu novo equipamento, além da obrigação de pagamento de juros relativos a uma nova e

grande hipoteca. Meses mais tarde, a firma recebeu um novo golpe: a produção foi interrompida em virtude de uma redução na produção hidrelétrica da *Light* causada por uma grande seca.

Acrescentou-se a essa situação desfavorável uma súbita medida anti-inflacionária tomada pelo Governo Bernardes que suspendeu temporariamente o desconto de duplicatas ou títulos em todo o país. Lobato, vendo-se privado do indispensável crédito a curto prazo, impetuoso, ao invés de procurar algum entendimento com os credores da firma, optou por sua liquidação imediata, que se deu em agosto de 1925. Hallewell explica as dificuldades enfrentadas pela firma nos seguintes termos:

“Como empreendimento editorial, a Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato surgiu, de fato, cerca de dez anos antes do tempo. Como tentativa de unir gráfica e editora em uma só organização, surgiu ainda mais precocemente, e quase todos os seus sucessores dos anos trinta prudentemente concentraram-se numa ou noutra dessas atividades.” (Hallewell, 1985: 265)

Cerca de dois meses antes da liquidação, Octalles Marcondes Ferreira, sócio de Monteiro Lobato, já o persuadira a constituir uma nova editora. Octalles, que começara como auxiliar de Lobato, destacou-se por sua perspicácia empresarial, colocando-se como figura complementar à impetuosidade e ao

espírito inovador lobatianos, que muitas vezes ameaçavam a viabilidade econômica dos empreendimentos. Ambos eram sócios também numa pequena casa lotérica, cuja venda proporcionou os cem contos de réis com que iniciariam a nova empreitada.

Em novembro de 1925, a "Companhia Editora Nacional" já estava constituída. No início, eram apenas os dois os sócios, porém com as posições invertidas. Octalles ficou à testa dos negócios em São Paulo, tomando as decisões do dia-a-dia da firma, enquanto Lobato foi para o Rio de Janeiro dirigir uma filial, o que lhe deixava tempo para escrever - primordialmente para crianças.

No Rio, Lobato escreveu para "A Manhã" vários artigos e um romance em folhetins - "O Choque de Raças" ou "O Presidente Negro" (1950j) -, lançado como livro em 1926. Neste romance, num enredo fantasioso, mostrou um choque das raças branca e negra e empregou idéias eugênicas¹⁷. Com ele, Lobato pretendia atingir o mercado norte-americano, o que não conseguiu por não ter encontrado receptividade dos editores americanos - visto que o assunto consistia um tabu. Em 1926, publicou ainda "Na Antevéspera" (1950h), que reunia artigos sobre assuntos diversos escritos em períodos também diversos.

Escreveu também para "O Jornal" os diálogos com Mr. Slang, que em 1927 foram reunidos e publicados no livro "Mr. Slang e o Brasil" (1950f). Tratavam-se de uma série de crônicas focalizando aspectos da vida brasileira - falhas da nossa formação social e imperfeições da nossa organização política e social. Mr. Slang,

¹⁷ Neste aspecto, Lobato mostrou a nítida influência recebida de Oliveira Vianna, para quem "não há raça sem eugenismo" (1933:155).



um velho inglês pragmático inventado por Lobato, via sempre com lucidez os nossos problemas e procurava apresentar algumas soluções.

Octalles fez com que a nova firma se restringisse à atividade editorial porque concluíra que a criação de um setor gráfico - imobilizando grande volume de capital, tomando empréstimos e desvirtuando a política editorial da empresa devido à necessidade de manter plenamente ocupadas as impressoras - fora a causa fundamental da falência em 1925.

Lobato e Octalles persuadiram dois de seus antigos associados - Natal Daiuto e Savério D'Agostino - a adquirir parte do equipamento anteriormente comprado para a montagem da empresa gráfica e a constituir a "São Paulo Editora" para prestar serviços gráficos que deveriam ser dedicados exclusivamente às necessidades da "Companhia Editora Nacional". Desse modo, muitas das excelentes impressoras adquiridas por Lobato continuaram disponíveis.

Nelson Travassos, então diretor da "Revista dos Tribunais", adquiriu quase todo o restante do acervo da antiga companhia que não havia sido comprado pela "São Paulo Editora". As máquinas compradas por essas duas firmas eram as mais modernas do país e permaneceram nessa condição durante mais de uma década.

A "Companhia Editora Nacional" teve grande êxito inicial, de forma que, em maio de 1926, Octalles e Lobato já haviam acumulado lucros suficientes para recomprar de seus credores o estoque de livros e os contratos de direitos autorais da antiga firma.

É importante destacar que, desde 1912, o imposto de importação incidente sobre o papel era superior ao incidente sobre os livros. Acrescenta-se a isso o fato de que a indústria de papel no Brasil - setor mais poderoso e organizado do que o

editorial, defendendo seus interesses junto às autoridades governamentais - não estava equipada para atender às necessidades da indústria editorial nem tinha real interesse nisso, uma vez que inexistiam incentivos à produção de papel especial para uma indústria de consumo pequeno como a do livro. O papel fabricado no país teve, por muitos anos, preço sensivelmente mais alto do que o importado - destacando-se que a desvalorização cambial entre 1930 e 1931 reduziu, mas não chegou a eliminar essa diferença - e qualidade inferior e incerta, ampliando os custos de produção dos fabricantes de livros. Apesar do alto custo da matéria-prima e da tiragem limitada de edições, a vantagem de baixos custos de mão-de-obra não era totalmente neutralizada.

Lobato assumiu uma posição ambivalente sob o prisma do nacionalismo, mas coerente com a lógica do capital. Colocou-se a favor da livre importação de papel estrangeiro e da imposição de taxas de importação sobre o livro estrangeiro - sobretudo o português -, concorrente da produção nacional.

M. Lobato aceitou, em maio de 1927, o cargo de adido comercial nos Estados Unidos, afastando-se completamente da direção da companhia. Segundo Hallewell, essa experiência desviou seus interesses e energias para longe da atividade editorial, transformando-o “num cruzado a lutar pelas indústrias petrolífera e siderúrgica nacionais” (Hallewell, 1985: 268).

Vítima da febre americana de então - especulação na bolsa de valores -, quando sobreveio o *crash*, em outubro de 1929, Lobato teve de vender as suas ações da “Companhia Editora Nacional”, que representavam cinquenta por cento do capital da firma, a Themistocles Marcondes Ferreira, irmão de Octalles, a fim de que pudesse cobrir seus prejuízos.

Com a deposição de Washington Luiz pela revolução de 1930, encerrou-se a carreira diplomática de Lobato. Voltando ao Brasil, jamais aceitou a oferta de Octalles para reintegrar-se na diretoria da “Companhia Editora Nacional”.

CAPÍTULO 3

A LUTA POR PETRÓLEO E FERRO

Monteiro Lobato chegou a Nova Iorque no dia sete de junho de 1927. Após quinze dias, apesar das dificuldades do idioma e de não lhe parecer provável a curto prazo montar uma empresa editora - a "Tupi *Publishing*" -, já se dizia americanizado, possuindo um automóvel, um rádio e um bom apartamento. Sentia-se absolutamente encantado com a eficiência americana e acreditava serem os Estados Unidos da América uma lição para todo o mundo.

Esse "americanismo" lobatiano, numa primeira impressão, poderia parecer contraditório com o seu nacionalismo. Todavia, deve ser entendido como uma profunda admiração de M. Lobato ao progresso daquele país, não como uma mania das coisas americanas. O próprio Lobato explicou o seu posicionamento com as seguintes palavras:

"A incompreensão do fenômeno americano pode filiar-se à incompreensão que o carro de trás sempre há de ter da locomotiva. Há muito pouco 'Hoje' no mundo. Na própria Europa o 'Ontem' ainda atravanca a maior parte dos países. Naturalíssima, pois, a geral incompreensão relativa ao único povo onde o 'Amanhã' da humanidade já vai adiantado." (Lobato, 1950a: 5)

Lobato não pretendia simplesmente copiar os americanos, mas despertar o Brasil para o desenvolvimento dentro de suas especificidades. Queria dar ao nosso país rotineiro e pobre métodos e grandezas americanos, pois a seu ver “quem diz sistema americano, métodos americanos, está ipso facto referindo-se a sistema ou métodos nos quais a característica fundamental nasce da preocupação da eficiência” (Lobato, 1950a: 281).

Sonhava ver o nosso país transformado nos Estados Unidos do hemisfério sul, equiparado àquele em cultura, eficiência e poder, o que acreditava possível se seguíssemos os caminhos americanos - vale dizer, os caminhos do subsolo, constituídos por ferro e por petróleo - descritos da seguinte forma:

“Do óxido de ferro o saudável homem daqui [o norte-americano] tira o aço. Com o aço cria a máquina, isto é, a astuciosa maneira de multiplicar tremendamente a força do músculo, ou substituí-lo no trabalho. Depois, por meio da hulha e do petróleo - formas de carbono - produz a combustão que desenvolve a energia mecânica com a qual move a máquina. Deste modo domina a natureza, mobiliza-lhes as reservas ocultas no seio da terra e transforma-as em utilidade - em riqueza.” (Lobato, 1950 a : 87)

Permaneceu naquele país por pouco mais de quatro anos. O que mais fez durante esse período foi observar o progresso americano e compará-lo com a lentidão do desenvolvimento econômico brasileiro, com as nossas “cidades mortas”.

Tendo concluído que a riqueza americana originava-se do aumento da eficiência humana obtido com a utilização da máquina e como essa era feita com ferro e movimentava-se com a energia fornecida pelo petróleo, pareceu-lhe que a solução para o atraso brasileiro encontrava-se na exploração desses dois elementos.

Procurou levar a sério o emprego de conselheiro comercial. Conheceu um novo processo de obtenção de ferro apresentado por William Smith, que lhe pareceu adequado às condições brasileiras, mas o projeto de empregá-lo acabou emperrado na lentidão da nossa burocracia. Tomou providências visando a possibilitar a permuta de café, borracha, cacau, couros e outros produtos brasileiros - com preços em baixa devido a superprodução ou a retraimento dos mercados existentes - com gasolina, querosene e mais produtos de origem russa, mas o Ministério do Exterior não manifestou interesse de concretizar o negócio.

Ao longo desses quatro anos, escreveu livros infantis - como “O Pó de Pirlimpimpim” e “A Pena de Papagaio” - e um livro de impressões sobre aspectos da vida americana - “América” (1050a) -, no qual reviveu a figura de Mr. Slang e conversou sobre os Estados Unidos, tendo o Brasil como ponto de referência em todas as conclusões.

Entre 1927 e 1931, Monteiro Lobato, com o apoio do Dr. Fortunato Bulcão, empregou suas energias na luta pelo ferro. Para Lobato,

“Fora do ferro não há salvação. Só o ferro enriquece. O que chamamos os grandes países modernos são apenas os países ferrados. País desferrado chiniza-se - cresce em população e miséria, gigantiza-se, no sentido patológico da expressão.”(1950d: 250)

O Brasil produzia, na época, cerca de dez por cento do seu consumo, mas de maneira cara e perniciosa, consumindo matas e exigindo matéria-prima importada¹⁸. A proposta lobatiana era introduzir no país o processo Smith, em que se dispensavam altos fornos, podendo-se obter ferro sem a necessidade impreterível de importar carvão.

As informações e o entusiasmo lobatianos não encontraram nos meios governamentais a repercussão esperada. Os planos de Lobato permaneceram engavetados pelo governo e os de Bulcão, que pretendia construir uma usina num arrabalde do Rio de Janeiro, não vingaram.

Com a revolução de outubro de 1930 e a conseqüente mudança de governo, Monteiro Lobato, interino no cargo de adido comercial, viu-se forçado a retornar ao Brasil. Mal regressara, retomou o assunto e procurou atrair entendidos, capitalistas e autoridades para encontrarem uma solução para o problema. Formou

¹⁸ Uma vez que o carvão brasileiro tinha baixo rendimento na produção de coque, tínhamos de importar carvão ao custo de elevadas tarifas.

o “Sindicato Nacional de Comércio e Indústria” para promover a constituição de uma companhia siderúrgica com capitais particulares.

Numa série de artigos para “O Estado de S. Paulo”, Lobato expôs à nação o problema, mostrando fatos e perspectivas para o futuro. Esses artigos foram reunidos em “Ferro - A solução para o problema siderúrgico do Brasil pelo processo Smith” (1950d), entretanto não provocaram os debates esperados.

Após quatro anos de luta, desanimado com protelações e incompreensão, e percebendo que para continuar precisava de muito dinheiro e que os empréstimos pleiteados não viriam, M. Lobato voltou-se para o grande problema paralelo, que se tratava do petróleo. Estava convencido de que a resolução deste problema traria os recursos indispensáveis para cuidar daquele.

Consultou técnicos e reuniu engenheiros. A experiência com o problema do ferro mostrou-lhe que o caso do petróleo deveria se encarado sob outro ângulo. Dessa forma, em lugar de apelar aos poderes oficiais, apelou ao público. Em 1931, convocou a nação para a “batalha do petróleo”, acreditando e proclamando, como Bérenger¹⁹, que “*qui aura le pétrole aura l'Empire*”.

Lançou em São Paulo, em fins de 1931, a “Companhia Petróleo do Brasil”, cujo programa inicial consistia em levantar pequeno capital para experiências com o aparelho Romero, indicador de óleo e de gás. Caso fossem bem sucedidos, cuidariam de fundar uma companhia perfuradora e exploradora. Frente a um ceticismo generalizado, quem atendeu ao apelo foi principalmente gente humilde, tentada pelo negócio com o mesmo raciocínio de quem adquiria um bilhete de loteria.

¹⁹ Em nota diplomática endereçada a Clemenceau em 1928

Monteiro Lobato promoveu o lançamento de várias outras companhias, como a “Companhia de Petróleo Nacional”, a “Companhia Petrolífera Brasileira” e a “Companhia Brasileira de Petróleo Cruzeiro do Sul”. Parte da batalha que essas empresas enfrentaram está resumida em “O Escândalo do Petróleo” (Lobato, 1950d), em que se pode verificar como agiam os *trusts* no sentido de não perfurarem nem deixarem perfurar o solo brasileiro.

Lobato não era chauvinista quanto ao petróleo. Aceitava a participação do capital estrangeiro, mas não acreditava que os grupos da *Standard Oil* ou da *Royal Dutch* estivessem interessados em tirar petróleo do solo brasileiro. A seu ver, essas companhias não tinham interesse no desenvolvimento das fontes de petróleo brasileiras, interessando-lhes mais, dada a “superprodução dos diversos *fields* [que já se encontravam] em exploração [sob o seu domínio], a escravização petrolífera do Brasil” (Lobato, 1950d: 102), mantendo-nos dependentes da importação.

A criação, pelo governo, do “Conselho Nacional do Petróleo” resultou na destruição de todas as companhias nacionais particulares de petróleo.

Lobato lançou, em 1937, “O Poço do Visconde”, em que o personagem Visconde de Sabugosa profetizou que existia petróleo no Brasil e mencionou onde seria encontrado. Dois anos mais tarde, a profecia se cumpriu tal como dissera o Visconde.

Mesmo depois de descoberto petróleo no Brasil, em 1939, as companhias continuaram impossibilitadas de prosseguir nas perfurações e de levantar novos capitais, em grande parte pela vigência da Lei de Minas. Esta fora concebida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral - antigo Serviço Geológico, acusado

por Lobato de sabotar a luta pelo petróleo - com o intuito de impedir os estrangeiros de apossarem-se das riquezas do subsolo brasileiro. Todavia, acabou por embaraçar também a exploração pelos nacionais.

Revoltado, em 1940, Monteiro Lobato escreveu uma carta a Getúlio Vargas, então ditador do Brasil, denunciando e criticando as atitudes e as posições do governo. Acabou sendo preso e, posteriormente, ao sair da cadeia, moralmente deprimido, voltou a dedicar-se às atividades intelectuais.

Escreveu, então, um artigo no campo da economia - "Moeda Regressiva" (1950g) -, propondo um papel de curso forçado que iria perdendo o seu valor a cada dia até chegar a zero. A ação do Estado ficaria resumida a manter o nível do meio circulante por meio de emissões periódicas, o Fisco seria suprimido - reduzindo as despesas públicas - e, acreditava Lobato, alcançar-se-ia a equidade tributária, uma vez que só pagaria imposto - ou seja, teria a sua riqueza reduzida - quem retivesse moeda.

Entre 1931 e 1948, a feitura de traduções - dentre as quais estavam "Contos" de Andersen, "Mowgli" de Kipling e "Pinocchio" de Collodi - e a criação de obras de literatura infantil - tais como "História do Mundo para Crianças" (1933), "Geografia da Dona Benta" (1935) e "Os Doze Trabalhos de Hércules" (1965), obra que concluiu a sua saga infantil - ajudaram-no a sobreviver.

Em 1944, publicou "A Barca de Gleyre" (1950b), que reuniu a correspondência mantida durante anos com o amigo e também escritor Godofredo Rangel, refletindo a formação do espírito lobatiano, suas inquietações espirituais, suas preocupações artísticas e financeiras e sua posição frente à arte e à vida. Essa foi a última obra que publicou na "Companhia Editora Nacional". Nesse ano,

com Artur Neves e Caio Prado Júnior, fundou a “Editora Brasiliense”, na qual publicou, entre outras obras, “O Touro de Creta”, “Hércules e Cérbero” e “A Hidra de Lerna”.

Partiu para a Argentina em 1946 e lá ficou cerca de um ano. Associou-se ao editor Ramon Prieto na “Editorial Acteon”, dedicando-se a escrever sobre a Argentina e sobre o que lá estava ocorrendo e sendo realizadas traduções de muitas de suas obras. Este foi o último de seus empreendimentos. De volta ao Brasil, vítima de um espasmo muscular, faleceu em julho de 1948.

CONCLUSÃO

Monteiro Lobato foi o primeiro escritor a não se envergonhar de ser um homem de negócios, tratando de interesses materiais cotidianos e rompendo com a tradição que situava o homem das letras entre os candidatos a uma sinecura do Estado.

Mostrou a importância dos empresários na alavancagem da modernização. Dedicou-se a muitos empreendimentos, destacando-se a sua luta para dar ferro e petróleo - elementos básicos de formação de riqueza de um país - ao Brasil, visando a resgatar o Jeca Tatu ao apresentar-lhe o remédio que poderia salvá-lo da miséria crônica, e, sobretudo, o seu papel de primeiro editor verdadeiramente nacional.

Vivenciou enquanto empresário e mostrou em sua obra inúmeros obstáculos à modernização, destacando-se a debilidade econômica do país - em grande parte causada pela falta de eficiência do homem brasileiro diante da ausência da máquina multiplicadora de sua habilidade natural, pela ação nefasta do imperialismo num país fraco e dependente como o nosso, e pela instabilidade do valor da moeda -, a escassez de transporte, a ineficiência administrativa, o divórcio entre política e opinião pública, a inadequação do sistema tributário e alguns vícios burocráticos.

Cabe destacar que as vicissitudes dos empreendimentos lobatianos em grande parte foram resultado das áreas em que atuou, impelido pela sua interpretação de Brasil. Isso fica claro quando se atenta para o caso do imigrante

italiano Francisco Matarazzo, que no período em questão também exerceu atividades inseridas no processo da industrialização brasileira, tendo, no entanto, sofrido menos reveses.

Matarazzo, assim como Monteiro Lobato, nasceu numa família socialmente influente²⁰ mas encontrou dificuldades na reafirmação desse *status* impostas por problemas econômicos. A sua emigração da Itália para o Brasil, um ano antes do nascimento de Lobato, colocou-se como única alternativa viável à degradação social. Veio buscar a reafirmação do seu prestígio e o enriquecimento.

Francisco Matarazzo fundou uma empresa, quem em 1911 foi transformada em sociedade anônima, na qual os investimentos dividiam-se entre uma casa comercial e um conjunto bastante diversificado de atividades industriais - englobando tecelagem, estamperia de tecidos, fábrica de óleos, fábrica de sabão, moinho de trigo, engenho de beneficiar arroz, armazéns, cocheiras e fábrica de banha. Diferentemente de Lobato, Matarazzo procurou adotar uma estratégia essencialmente mercantil - fundamentando o lucro no caráter comercial da sua ação econômica, o que consistia, de acordo com Martins (1976), "a racionalidade dominante e o meio possível de efetivar o industrialismo" (p.104) naquele período - e estabeleceu ligações, desde o início do século, com o capitalismo inglês - que procurava explorar mercados potenciais de equipamentos para a indústria de bens de consumo -, o que lhe garantiu um maior êxito financeiro.

As dificuldades enfrentadas por Monteiro Lobato, contudo, não minimizaram a importância da sua atuação como empresário. Esta fez parte de um processo de

²⁰ Na Província de Salerno, Itália.

profundas mudanças na produção de livros inserido na dinâmica da industrialização no Brasil.

Lobato pregou perseverantemente ao setor editorial os valores necessários para a produção de livros numa economia de mercado. Impôs uma mentalidade capitalista na produção e no comércio de livros no país. Agiu como escritor, tradutor e editor, submetendo empresários e editores, livreiros e escritores ao imperativo do lucro e procurando compatibilizar tal objetivo com os fins culturais da sua tarefa.

Procurou melhorar as condições operacionais para o comércio do livro, enfatizou a necessidade de propaganda do produto, buscou modernizar a empresa para incrementar a produção e realizou uma defesa coerente dos interesses do setor editorial brasileiro enquanto empresa capitalista.

Nas palavras de Alice M. Koshiyama,

“Tendo começado a atuar quando o setor editorial no Brasil estava incipiente, [Monteiro Lobato] veiculou a ideologia do capitalismo neste setor de produção. Sugeriu alternativas para organizar e expandir a empresa editora. Buscou harmonizar as relações entre empresários e trabalhadores intelectuais do setor editorial propondo a racionalização do trabalho de escrever. Como aplicado aluno de Henry Ford, tentava adaptar a atividade de escritor aos princípios de

produção planejada em série. O escritor devia abandonar a perspectiva de um trabalho artesanal e atuar segundo as exigências da engrenagem da indústria editora para ter a possibilidade de ganhar dinheiro...” (Koshiyama, 1982: 191)

Monteiro Lobato sempre manteve como parâmetro do seu trabalho agradar o público consumidor. Percebeu que os livros não escapavam da condição de mercadoria, mas que ainda assim tinham o caráter de documentos do passado e do presente de um país e que se impunham como instrumentos básicos para ação cultural, veiculando valores e mensagens.

A ação de Lobato como editor e como escritor, notadamente no campo da literatura infantil²¹, foi conduzida por essa percepção de que os livros eram uma mercadoria que poderia ser muito rentável se bem explorada e uma forma de divulgar idéias e exercer influência.

Pode-se concluir que as principais “heranças” deixadas por Lobato foram a revolução que realizou no setor editorial brasileiro e a noção da importância da busca de interpretações próprias e do desenvolvimento de uma identidade própria pelos seus leitores.

²¹ Essa questão foi recentemente analisada por Whitaker Penteado (1997). Este autor afirmou que Lobato tinha consciência de que “... a receptividade do cérebro infantil ainda limpo de impressões é algo tremendo...” (Lobato, 1950b, v.2:346) e que teria vislumbrado, ao lado da oportunidade de ganhos financeiros, a possibilidade de prosseguir na sua luta ideológica educando as novas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O Livro Brasileiro: desde 1920*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1977.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato - Vida e Obra*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880 - 1945)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1971, (trad. it. de Octavio Mendes Cajado).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1951.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo, T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1985, (trad. it. de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira).

KOSHIYAMA, Alice M. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

LOBATO, José B. M.. - Literatura Geral

_____ a *América*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ b *A Barca de Gleyre*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950. 2 v.

_____ c *Cidades Mortas*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ d *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. Quarta edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ e *Idéias de Jeca Tatu*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ f *Mr. Slang e o Brasil (Colóquios com o inglês da Tijuca) e Problema Vital*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ g *Mundo da Lua e Miscelânea*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ h *Na Antevéspera*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ i *Negrinha*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ j *A Onda Verde e O Presidente Negro*. Terceira edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

_____ k *Urupês*. Quarta edição, São Paulo, Brasiliense, 1950.

Literatura Infantil

_____ l *Emília no País da Gramática*. Segunda edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

_____ m *Geografia de Dona Benta*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

_____ n *História de Tia Nastácia*. Décima segunda edição, São Paulo, Brasiliense, 1964.

_____ o *História do Mundo para Crianças*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

_____ p *Os Doze Trabalhos de Hércules*. Quarta edição, São Paulo, Brasiliense, 1965. 2 v.

_____ q *O Saci*. Nona edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889 - 1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, (trad. it. de Vera Alice Cardoso da Silva).

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. São Paulo, HUCITEC, 1976.

MELLO, João M. C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

PENTEADO, J. Roberto Whitaker. *Os Filhos de Lobato*. Rio de Janeiro. Dunya, 1997.

RIBEIRO, José A. P. *As Diversas Facetas de Monteiro Lobato*. São Paulo, Secretaria da Cultura do Município de São Paulo, Roswitha Kempf Editores, 1982.

SOUZA, Carlos Inglez de. *Moeda e Governo no Brasil*. São Paulo, Edição do Autor, 1946.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.